

Belo Horizonte (MG), 30 de junho de 2020.

Ao Banco Central do Brasil

**Assunto:** Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:


1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:


<b>Data Base:</b>	12/2016
<b>Documentos:</b>	(X) Balanço Patrimonial (X) Demonstração das Sobras ou Perdas (X) Demonstração dos Fluxos de Caixa (X) Notas Explicativas (X) Relatório de Auditoria Independente (X) Relatório da Administração (X) Parecer do Conselho Fiscal (X) Demonstração da Muta��o do Patrim��nio Líquido
<b>Data publica��o:</b>	30/03/2017 – Jornal O TEMPO
<b>Sítio eletr��nico publica��o:</b>	<a href="http://www.sicoobcentralcecremge.com.br">www.sicoobcentralcecremge.com.br</a>

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Central das CEC do Estado de MG Ltda – Sicoob Central Cecemge  
CNPJ: 00.309.024/0001-27

  
Samuel Flam  
Diretor Financeiro

01-27   
Irany Márcia Pimenta  
Contador /CRCMG – 048377/O-4

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,  
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, na forma da Legislação em vigor.

**1. Política Operacional**  
O SICOOB CENTRAL CECREMGE tem como objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

**2. Avaliação de Resultados**  
No exercício de 2016, o SICOOB CENTRAL CECREMGE apresentou o seguinte resultado, conforme demonstrado abaixo:

**Descrição** **Valores**

Resultado líquido do exercício ..... 8.083.750,25

**3. Carteira de Crédito**  
As Operações de Crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE totalizaram R\$ 83.017.418,05 no exercício de 2016, onde 100,00% destas operações pertenciam à modalidade de "Emprestimos".

Os Dez Maiores Devedores demandaram 98,95% (ou R\$ 82.145.101,19) das Operações de Crédito realizadas até 31/12/2016. Sua Carteira de Crédito possui 38 (trinta e oito) operações ativas nesta mesma data-base, sendo subdividida em 15 (quinze) tomadores (cooperativas singulares).

**4. Captação**  
As captações, no total de R\$ 3.752.263.770,32 em dezembro/2016, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 29,72% (ou R\$ 859.676.354,91), sendo distribuídas da seguinte maneira:

**Rubrica** **Dez 2016** **Dez 2015**

Depósitos a Prazo ..... 110.317.077,54 134.808.789,16

Centralização Financeira ..... 3.641.946.692,78 2.757.778.626,25

**Total** ..... **3.752.263.770,32** **2.892.587.415,41**

**5. Patrimônio de Referência**  
O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECREMGE era de R\$ 108.219.217,84. O quadro de associados era composto por 69 cooperativas, havendo uma redução de uma associada em relação ao exercício anterior.

**6. Política de Crédito**  
A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A" a "C".

**7. Governança Corporativa**  
Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem às filiais definir e assegurar a execução dos objetivos da Central, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE tem na assembléia geral, que é a reunião de todas as filiais, o poder maior de decisão.

A gestão do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE possui ainda uma Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionada diretamente pelo Conselho de Administração.

Os balanços do SICOOB CENTRAL CECREMGE são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Central adota o Manual de Crédito, aprovado, com muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e aprovado pelo Conselho de Administração desta Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar as filiais e a sociedade em geral à transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**8. Conselho Fiscal**  
Eleito na AGO, com mandato até a posse dos eleitos na AGO de 2018 o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática e anual a administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

**9. Código de Ética**  
Todos os integrantes do quadro funcional do SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiram, em fevereiro de 2011, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética, proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Central, assumem o mesmo compromisso.

**10. Sistema de Ouvidoria**  
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com as nossas filiais e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

**11. Gerenciamento de Risco**  
**a. Risco Operacional**  
A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desses, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

Esta Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob.

Conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e o art.34 da Resolução CMN nº 4.434/2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O processo centralizado de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na:

a) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;

b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;

c) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;

d) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;

e) elaboração de propostas de atualização da política;

f) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;

g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;

h) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional são avaliados, anualmente, pela Auditoria Interna do Sicoob Confederação.

Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:

**a) identificação do risco operacional:**

a.1) atividade realizada em workshop de análise dos processos da entidade de modo a identificar riscos potenciais, internos e externos, que podem afetar a implementação da estratégia e

o alcance dos objetivos da entidade. Nessa ocasião aplica-se o Questionário de Diagnóstico de Riscos Operacionais;

a.2) o uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) objetiva identificar situações de risco de não conformidade e cadastrá-las no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) para monitoramento;

**b) avaliação qualitativa do risco operacional identificado:** atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para a determinação dos riscos que devem receber tratamento. É realizada em workshop com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;

**c) monitoramento, controle e mitigação do risco operacional:** adoção dos procedimentos de (i) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais; (ii) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação; (iii) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia; e (iv) reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados;

**d) comunicação:** geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo;

e) documentação e armazenamento de informações associadas ao risco operacional;

e.1) as informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação;

e.2) os documentos que evidenciam a efetividade, tempestividade e conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central, do Sicoob Confederação).

f) alocação de capital: em cumprimento à Resolução CMN 4.193/2013 e à Circular BCB 3.640/2013, foi definida a Abordagem do Indicador Básico para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWAOPAD).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

**b. Riscos de Mercado e de Liquidez**  
As Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visam estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.

Na revisão das Políticas são considerados os resultados dos testes das auditorias internas e externas, a experiência da área gestora e as normas aplicáveis vigentes.

Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007.

Conforme preceitua o art. 9º da Resolução CMN nº 3.464/2007 e no art 8º da Resolução CMV 4.090/2012, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada no relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

a. realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

b. procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;

c. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;

d. acompanhamento, por meio da apreiação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:

d.1) valor em Risco (Value at Risk - VaR);

d.2) limites máximos de risco de mercado;

d.3) cenários de stress para risco de mercado;

d.4) limite mínimo de liquidez;

d.5) cenários de stress para risco de liquidez.

e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;

f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;

g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (banking) é o Valor em Risco (Value at Risk - VaR), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de stress mensais pela área gestora do Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente pela área gestora do Bancoob, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.

O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos parâmetros de liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de stress de liquidez e planos de contingência de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pelas Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou até reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

**c. Risco de Crédito**  
A Política Institucional de Risco de Crédito em vigor tem característica sistêmica e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

Quando necessário, o gestor da estrutura centralizada propõe alterações na política e as aprovações são efetivadas pelos Conselhos de Administração do Sicoob Confederação e do Bancoob.

O gerenciamento de risco de crédito, do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 9º da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

d) procedimentos para a recuperação de créditos;

e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;

g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;

h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;

i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e

normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por auditorias interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.

Cabem às cooperativas centrais e singulares a execução e o acompanhamento das diretrizes aprovadas sistemicamente.

No Sicoob, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema.

A estrutura centralizada não desonera as cooperativas singulares e centrais de suas responsabilidades pela gestão do risco de crédito.

O Bancoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:

a) metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;

b) há várias metodologias de avaliação de risco do cliente aplicadas conforme o perfil do tomador;

c) nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;

d) as metodologias têm poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado;

e) as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;

f) a metodologia de risco de operação contempla o contido na Resolução CMN 2.682/1999.

São considerados como componentes metodológicos para a classificação de risco da operação:

a) Probabilidade de Descumprimento ou Probability of Default (PD): percentual que corresponde a probabilidade de descumprimento da classe de risco;

b) Perda Dada o Descumprimento ou Loss Given Default (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para recuperação do crédito;

c) Exposição ao Descumprimento ou Exposure at Default (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Assim, com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) na operação, de acordo com a seguinte fórmula: PE = PD x LGD x EAD

O percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características das operações devido à presença de garantias.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

**d. Gerenciamento de capital**  
A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A aplicação das diretrizes, registradas na Política, e dos procedimentos aplicáveis é de responsabilidade das entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) Monitorar e controlar o capital mantido pelas entidades do Sicoob;

b) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

c) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;

d) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

e) viabilizar, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.

O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pela entidade. São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela Auditoria Interna do Sicoob Confederação.

**e. Risco de imagem**  
Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

a) Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;

b) Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;

c) Melhorar o posicionamento no mercado; e

d) Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG), 23 de fevereiro de 2017.

**Assinatura dos Membros do Conselho de Administração e Diretoria**

**DIRETORIA EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ 2020:**

**LUIZ GONZAGA VIANA LAGE - Diretor Presidente**

**CÉSAR AUGUSTO MATTOS - Vice Presidente do Conselho**

**SAMUEL FLAM - Diretor Comercial e Financeiro e Conselheiro**

**MÁRCIO OLÍVIO VILLEFORT PEREIRA**

**Diretor Administrativo e de Desenvolvimento e Conselheiro**

**ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA MELO**

**Diretor de Supervisão e Controle e Conselheiro**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM MANDATO ATÉ 2020:**

**RAMIRO RODRIGUES DE ÁVILA JUNIOR - Conselheiro**

**CHARLES DRAKE GUIMARÃES GONÇALVES - Conselheiro**

**ANTÔNIO DE ÁVILA E SILVA - Conselheiro**

**OSMANO DINIZ FRANCA - Conselheiro**

**IYO DE TASSIS FILHO - Conselheiro**

**JACSON GUERRA ARAÚJO - Conselheiro**

**JOÃO CARLOS LEITE - Conselheiro**

**RONALDO SIQUEIRA SANTOS - Conselheiro**

**RUI REZENDE SOUZA - Conselheiro**

**URIAS GERALDO DE SOUSA - Conselheiro**

**CONSELHO FISCAL COM MANDATO ATÉ 2018**

**CARLA MARIA GONÇALVES CORREA GENEROSO - Efetivo**

**CRISTIANO FELIX DOS SANTOS SILVA - Efetivo**

**DARCY DA SILVA NEIVA FILHO - Efetivo**

**ADARLAN RODRIGUES FONSECA - Suplente**

**IYO CAMPOS ATHAYDE - Suplente**

**ZELIA MARIA ALVES RABELO - Suplente**

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

**IRANY MARCIA PIMENTA - Contadora - CRCMG nº: 048377/O-4**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de Reais)				
ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades .....	4	3		4
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	5	2.155.462	1.281.729	
Títulos e valores mobiliários .....	6	164.362	236.647	
Operações de crédito .....	7	48.639	97.230	
Outros créditos .....		1.484	1.375	
Outros valores e bens .....		133	158	
		<b>2.370.083</b>	<b>1.617.143</b>	
<b>REALIZÁVEL LONGO PRAZO</b>				
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	5	237.997	360.884	
Títulos e valores mobiliários .....	6	1.186.324	976.387	
Operações de crédito .....	7	33.555	13.252	
Outros créditos .....		2.668	2.538	
		<b>1.460.544</b>	<b>1.353.061</b>	
<b>PERMANENTE</b>				
Investimentos .....	8	119.140	96.924	
Imobilizado em uso .....	9	3.567	3.562	
Intangível .....	10	1.684	2.466	
		<b>124.391</b>	<b>103.352</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.955.018</b>	<b>3.073.556</b>	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				
PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
<b>CIRCULANTE</b>				
Depósitos - Depósito à prazo .....		110.317	134.809	
Relações interfinanceiras .....	11	3.641.947	2.757.778	
		<b>3.752.264</b>	<b>2.892.587</b>	
Outras obrigações .....	12			
Sociais e estatutárias .....		3.110	2.457	
Fiscais e previdenciárias .....		390	358	
Diversas .....		41.725	33.028	
		<b>45.225</b>	<b>35.843</b>	
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas .....	13	2.632	2.528	
		<b>2.632</b>	<b>2.528</b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14</b>			
Capital social .....		124.529	117.775	
Reserva de sobras .....		22.284	18.379	
Sobras acumuladas .....		8.084	6.444	
		<b>154.897</b>	<b>142.598</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.955.018</b>	<b>3.073.556</b>	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				



# Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015					
(Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva de sobras Legal	Reserva de sobras Lucros a realizar	Sobras Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2014	112.181	3.174	16.749	6.287	132.391
Distribuição de sobras para o FATES conf. AGO 24/04/2015	-	-	-	(1.287)	(1.287)
Distribuição de sobras em C/C conf. AGO 24/04/2015	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Integralização de capital	5.594	-	-	-	5.594
Reversão da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	(5.220)	5.220	-
Transferência do Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	8.757	(8.757)	-
Sobras líquidas do período	-	-	-	12.754	12.754
Constituição do FATES	-	-	-	(1.853)	(1.853)
Constituição da reserva legal	-	920	-	(920)	-
Saldos em 31/12/2015	117.775	4.094	14.285	6.444	142.598
Mutações do Exercício	5.594	920	3.536	157	10.207
Distribuição de sobras para o FATES conf. AGO 31/03/2016	-	-	-	(444)	(444)
Distribuição de sobras em C/C conf. AGO 31/03/2016	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Integralização de capital	6.754	-	-	-	6.754
Reversão da reserva de sobras a destinar	-	-	(7.858)	7.858	-
Transferência do resultado de equivalência patrimonial	-	-	10.608	(10.608)	-
Sobras líquidas do período	-	-	-	14.314	14.314
Constituição do FATES	-	-	-	(2.310)	(2.310)
Fates atos não cooperativos	-	-	-	(15)	(15)
Constituição da reserva legal	-	1.155	-	(1.155)	-
Saldos em 31/12/2016	124.529	5.249	17.035	8.684	154.897
Mutações do Exercício	6.754	1.155	2.750	1.640	12.299
Saldos em 30/06/2016	124.116	4.094	14.286	6.884	149.380
Integralização de capital	413	-	-	-	413
Reversão da reserva de sobras a destinar	-	-	(7.858)	7.858	-
Transferência do resultado de equivalência patrimonial	-	-	10.608	(10.608)	-
Sobras líquidas do semestre	-	-	-	7.430	7.430
Constituição do FATES	-	-	-	(2.310)	(2.310)
Fates atos não cooperativos	-	-	-	(15)	(15)
Constituição da reserva legal	-	1.155	-	(1.155)	-
Saldos em 31/12/2016	124.529	5.249	17.035	8.684	154.897
Mutações do semestre	413	1.155	2.750	1.200	5.518

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecemge é uma entidade cooperativista, domiciliada em Belo Horizonte, que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. O endereço registrado do escritório da instituição é Av. do Contorno, 4.924 - 1º, 2º, 3º, 5º e 6º andares - Bairro Funcionários - BH/MG. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, cabe à instituição: difundir e fomentar o cooperativismo de crédito; orientar a organização de novas cooperativas singulares e a reorganização das existentes; orientar a aplicação dos recursos captados pelas cooperativas singulares associadas em consonância com as normas regulamentares do Banco Central do Brasil; representar o sistema local perante o segmento cooperativo, o sistema financeiro nacional e os demais organismos governamentais e não governamentais; buscar fonte alternativa de recursos para fomentar as atividades creditícias das cooperativas associadas; promover treinamento de membros de órgãos estatutários cooperados e funcionários das cooperativas associadas; prestar, às cooperativas singulares associadas, orientações creditícia, gerencial, administrativa, jurídica, informática, financeira e outras; representar as cooperativas singulares associadas nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Banco Cooperativo do Brasil S.A., Sicoob Confederação ou qualquer outras instituições públicas ou privadas; praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições, inclusive financeiras; aplicar os recursos captados no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos. As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiais. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) utilização de parte das receitas obtidas dos recursos próprios da Central; (ii) rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiais; que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiais. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiais. A Instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 31 de dezembro de 2016, as totalidades das operações ativas estavam concentradas naquela instituição financeira. O BANCOOB, entre outros serviços, proporciona ao Sicoob Central Cecemge o uso da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis. Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiais.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do SICOOB CENTRAL CECREMGE são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), estando as mesmas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

#### 2.2. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas no caso do SICOOB CENTRAL CECREMGE principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado, e (ii) contabilização de provisões. O SICOOB CENTRAL CECREMGE revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, semestralmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros.

#### 2.3. Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Central e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.

A administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 10 de março de 2017.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apreciação do resultado:

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

#### b) Disponibilidades:

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:

São representados por depósitos interfinanceiros e aplicações em títulos públicos federais registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração na data de operação e podem ser assim sumariados: (i) **Títulos para negociação** - os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são avaliados ao valor de mercado, com contrapartida ao resultado do período; (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento são avaliados ao valor de mercado, com contrapartida à conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial"; e (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - os títulos e valores mobiliários, exceto ações resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com contrapartida ao resultado do período.

A política de investimentos da instituição classifica suas operações em conformidade com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada a classificação no reconhecimento inicial.

#### d) Operações de crédito:

Referem-se a operações realizadas exclusivamente com as cooperativas filiadas envolvendo captação e aplicação de recursos. Nesta intermediação são praticadas taxas de juros compatíveis às atividades da Central.

#### e) Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito:

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica e critérios definidos na Resolução nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil - BACEN; a classificação das operações de crédito é efetuada em níveis de risco que variam de AA (risco mínimo) a H (risco máximo), em ordem crescente de risco.

#### f) Investimentos:

Representados substancialmente por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos avaliados pelo método de custo (nota 8).

#### g) Imobilizado de uso:

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens. (nota 9).

#### h) Intangível:

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade. (nota 10)

#### i) Relações interfinanceiras:

Registradas pelo montante dos recursos das filiais (cooperativas singulares) centralizados. (nota 11)

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

#### (i) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Realizável Longo Prazo	Total	Circulante	Realizável Longo Prazo	Total
Empréstimos	49.056	33.961	83.017	97.868	13.439	111.307
Provisão para operações de crédito	(417)	(406)	(823)	(638)	(187)	(825)
	48.639	33.555	82.194	97.230	13.252	110.482

#### (ii) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	Provisão %	Empréstimos	Provisão	Total	Empréstimos	Provisão	Total
A	0,5	30.586	(153)	30.433	91.386	(457)	90.929
B	1	45.164	(452)	44.712	11.423	(114)	11.309
C	3	7.267	(218)	7.049	8.499	(255)	8.244
D	10	-	-	-	-	-	-
E	30	-	-	-	-	-	-
F	50	-	-	-	-	-	-
G	70	-	-	-	-	-	-
H	100	-	-	-	-	-	-
		83.017	(823)	82.194	111.308	(826)	110.482

#### (iii) Distribuição por faixa de vencimento

Faixas de vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Até 30 dias	3.188	5.253
31 a 60 dias	2.690	8.587
61 a 90 dias	2.730	12.185
91 a 180 dias	13.289	31.466
181 a 360 dias	27.159	40.377
Acima 360 dias	33.961	13.440
(-) Provisão para perdas	(823)	(826)
	82.194	110.482

### 8. INVESTIMENTOS

O investimento no Bancoob é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda - Sicoob Confederação e Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC) são avaliados pelo método de custo.

	Saldo 31/12/2015	Novos Aportes	Resultado de Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Dividendos recebidos	Saldo 31/12/2016
Bancoob	70.680	18.857	10.608	(441)	(7.460)	92.244
Sicoob	26.216	467	-	-	-	26.683
CNAC	15	185	-	-	-	200
Sicoob, Adm. e Corretora de Seguros Ltda	13	-	-	-	-	13
	96.924	19.509	10.608	(441)	(7.460)	119.140

O resultado não operacional é decorrente do ganho de 2016 ocorrido na aquisição de ações do BANCOOB.

#### Demonstração da Equivalência - BANCOOB

PL DO BANCOOB EM 30/11/2016	% de Participação	Equivalência
1.331.211	6,93%	92.244

O resultado da equivalência patrimonial foi apropriado como segue:

Resultado da Equivalência	10.583
Resultado Operacional	25
	10.608

### 9. IMOBILIZADO

	Taxa	Saldos em 31/12/2015	Adição	Baixa	Saldos em 31/12/2016
Terrenos	-	742	-	-	742
Edificações	4%	2.775	-	-	2.775
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	798	15	(24)	789
Equipamentos de informática	20%	1.922	114	(205)	1.831
Outros	10%	77	-	(13)	64
Subtotal		6.314	129	(242)	6.201
Depreciação acumulada		(2.352)	(444)	162	(2.634)
Total		3.962	(315)	(80)	3.567

A Central avalia, ao menos anualmente, se há alguma indicação de redução ao valor recuperável ao valor de seus ativos. Em 2016 não foram identificados indícios de que tais ativos possam ter sofrido desvalorização.

### 10. INTANGÍVEL

	Taxa	Saldos em 31/12/2015	Adição	Baixa	Saldos em 31/12/2016
Sistema de processamento de dados	20%	5.269	324	(43)	5.550
Subtotal		5.269	324	(43)	5.550
Amortização acumulada		(2.800)	(1.106)	43	(3.863)
Total		2.466	(782)	-	1.684

### 11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Centralização Financeira	3.641.947	100	2.757.778	100

Sob esse título, encontram-se apropriadas as transferências das sobras de caixa das cooperativas filiadas, decorrentes do ato cooperativo denominado Centralização financeira.

j) Outros passivos:  
Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.

#### 4. DISPONIBILIDADES

(i) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	3	4
Aplicações financeiras de liquidez (até 90 dias)	39.992	-
Total	39.995	4

#### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(i) Composição por tipo de aplicação

	31/12/2016	31/12/2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	59.043	18.801
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	101.148
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.334.416	1.522.664
Total	2.393.459	1.642.613

Apropriado como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	2.155.462	1.281.729
Não circulante	237.997	360.884
Total	2.393.459	1.642.613

(ii) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

Descrição	31/12/2016			
	Até 90	91 a 360	De 360	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.992	10.428	8.623	59.043
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	93.793	2.002.626	237.997	2.334.416
	133.785	2.013.054	246.620	2.393.459

Descrição	31/12/2015			
	Até 90	91 a 360	De 360	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	18.801	18.801
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	101.148	101.148
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.116	1.279.613	240.935	1.522.664
	2.116	1.279.613	360.884	1.642.613

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2016	31/12/2015
Coopmútuo FIM - Crédito Privado	790.472	607.776
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	339.056	349.162
Bancoob Centralização FI - RF - CP	63.352	60.839
Cotas de Fundo de Renda Fixa	1.247	1.087
Cotas de Fundo de ações	-	82
Carteira Administrada	156.559	194.088
Total	1.350.686	1.213.034

Apropriado como segue:

Curto Prazo	164.362	236.647
Longo Prazo	1.186.324	976.387
Total	1.350.686	1.213.034

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior devedor	18.559	22	14.318	13
10 maiores devedores	82.145	99	90.882	82
20 maiores devedores	83.017	100	111.061	100

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% concentração	Valor	% concentração
Maior depositante	1.173.563	31	993.359	36
10 maiores depositantes	2.231.172	61	1.732.502	63
20 maiores depositantes	2.880.453	80	2.199.907	79

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Centralização Financeira	3.641.947	100	2.757.778	100

Descrição
-----------

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(i) Sociais e estatutárias

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social .....	31/12/2016	31/12/2015
Participação nas sobras .....	2.614	2.335
Cotas de capital a pagar .....	374	-
Total .....	122	122
	3.110	2.457

(ii) Fiscais e previdenciárias

Impostos e contribuições a recolher .....	31/12/2016	31/12/2015
	390	358
Total .....	390	358

(iii) Diversas

Provisão para pagamentos a efetuar .....	31/12/2016	31/12/2015
Credores diversos no país .....	1.095	1.375
Total .....	40.630	31.653
	41.725	33.028

13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2016	31/12/2015
Fiscais .....	2.632	2.503
Trabalhistas .....	-	25
Total .....	2.632	2.528

A provisão para riscos fiscais foi constituída para fazer face à ação judicial do COFINS, conforme processo 200038000188327.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

É representado pelas integralizações de 69 cooperativas filiadas em 31 de dezembro de 2016. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

(b) Reserva legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, Inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

(c) Reservas de Lucros a Realizar

Refere-se à transferência do resultado da equivalência patrimonial do Bancoob S.A., por se tratar de ato não cooperativo, não realizado.

(d) Sobras e Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à Instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo). O percentual do FATES praticado pela Central é de 20% das sobras líquidas apuradas no exercício.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as cooperativas está sujeito a regras específicas. Quando auferirem resultados decorrentes de atos não cooperativos, aplicam-se as mesmas regras para as instituições financeiras.

As provisões de IRPJ e CSLL são constituídas aplicando-se as seguintes alíquotas:

• IRPJ: 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o que exceder a R\$ 120 mil no semestre; e

• CSLL: 15% sobre o lucro tributável, a partir de setembro de 2015 a alíquota é de 17%.

16. PARTICIPAÇÃO NAS SOBRAS

No exercício de 2016 encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas um valor relativo a provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Central.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de acordo coletivo de trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data, quando aplicável. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As aplicações interfinanceiras da Central são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão concentradas basicamente em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro e letras do tesouro nacional. Estas condições são garantidas a partir da manutenção de uma adequada estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez conforme descrito na nota explicativa nº 21.

A Central não contratou operações com derivativos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

18. SEGUROS

A Central adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Descrição

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal .....	31/12/2016	31/12/2015
	1.434	1.274

Ativos

	Receitas /Despesas	
	12/2016	12/2015

Descrição

Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob):

Depósitos bancários .....

3

4

-

-

Aplicações interfinanceiras de liquidez .....

2.393.459

1.642.613

255.922

213.620

Títulos e valores mobiliários .....

339.056

349.162

36.020

10.647

Carteira Administrada .....

156.558

194.088

31.927

24.756

Bancoob Distrib. de Tít.e Val. Mob. Ltda.

Rio Fundo de Investimento - RF ..

1.247

1.087

160

87

Cotas de Fundo de Ações .....

-

81

-

(20)

Bancoob Centralização FI - RF - CP .....

63.352

60.839

6.665

4.919

Coopmútuo FIM - Crédito Privado .....

790.472

607.776

103.046

72.691

A Central não possui nenhuma operação ativa ou Passiva com a Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC).

A Central remunera os serviços prestados pelo Sicoob Confederação em função

da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

Descrição

Sicoob Confederação .....	31/12/2016	31/12/2015
	872	714

20. ÍNDICE DA BASÍLEIA

O patrimônio líquido da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 12,73% em 31 de dezembro de 2016 e de 17,07 % em 31 de dezembro de 2015.

21. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Risco operacional

Conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e o art. 34 da Resolução CMN nº 4.434/2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado sob base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseada na metodologia Control Self Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, subordinado ao Conselho de Administração, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

(b) Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

Conforme preceitua o art. 9 da Resolução CMN nº 3.464/07 e no art 8º da Resolução CMV 4.090/2012, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.a. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado e liquidez são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk - VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Instituição.

(c) Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 9 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da Instituição.

(d) Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios do SICOOB CENTRAL CECREMGE, que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

• Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;

• Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;

• Melhorar o posicionamento no mercado; e

• Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

(e) Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o Art. 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge, através dos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões mensais de verificação, realizadas durante o exercício de 2016, conforme estabelece o Estatuto Social, tendo manifestado e proposto medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias, após examinados os procedimentos contábeis dos documentos que compõem as contas de encerramento do exercício de 2016, o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro 2016 a Demonstração de Resultados e as demais contas do Exercício findo de 2016, declara que os mesmos refletem o resultado das operações realizadas. Pelo que se apresentam, os membros deste Conselho Fiscal são de parecer que as contas do exercício de 2016 devem ser aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.

DARCY DA SILVA NEIVA FILHO  
Conselheiro

CRISTIANO FELIX DOS SANTOS SILVA  
Conselheiro

CARLA MARIA GONÇALVES CORREA GENEROSO  
Conselheira

da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Sicoob Confederação .....	872	714

20. ÍNDICE DA BASILÉIA

O patrimônio líquido da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 12,73% em 31 de dezembro de 2016 e de 17,07 % em 31 de dezembro de 2015.

21. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Risco operacional

Conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e o art. 34 da Resolução CMN nº 4.434/2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseadas na metodologia Control Self Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, subordinado ao Conselho de Administração, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco. Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

(b) Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

Conforme preceitua o art. 9 da Resolução CMN nº 3.464/07 e no art 8º da Resolução CMV 4.090/2012, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.a. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado e liquidez são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk - VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Instituição.

(c) Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 9 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br). Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da Instituição.

(d) Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios do SICOOB CENTRAL CECREMGE, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios. Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- Melhorar o posicionamento no mercado; e
- Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

(e) Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL CECREMGE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o Art. 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Srs. Conselheiros, Diretores e Cooperados da  
**CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Instituição e das atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Instituição e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 10 de março de 2017.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.  
CRC-01-MG-4553 - O

ALEXANDRE OLIVEIRA CHAGAS  
Auditor Responsável - CRC-MG- 075751 - O

ANTÔNIO LÚCIO PEREIRA SANTOS  
Sócio Responsável - Contador - CRC-MG - 19.407 - O

Leia e assine

otempo.com.br

Grande BH | Demais localidades  
2101-3838 | 0800 703 4001

